

DISCIPLINA: DIREITOS DA PERSONALIDADE	CÓDIGO: GRDDIRELE0148
PROFESSORA: LIGIA FABRIS CAMPOS	CARGA HORÁRIA: 60h
<p>EMENTA Intervenção do Estado e Autonomia Privada. Liberalismo jurídico e o princípio do dano; paternalismo jurídico forte e a promoção de bem-estar; paternalismo jurídico fraco e a decisão em situações de incerteza. Direitos da Personalidade. Característica da indisponibilidade. Direito ao nome. Direito à integridade física. Direito ao livre desenvolvimento da personalidade. Limitações e tensões quanto à indisponibilidade. Análise de jurisprudência.</p>	
<p>OBJETIVOS GERAIS Proporcionar um pensamento crítico-reflexivo das principais vertentes teóricas que debatem sobre a desejabilidade ou não de alguns direitos serem indisponíveis para o próprio “bem” da pessoa – como no caso dos direitos de personalidade. O curso aborda as principais correntes: liberalismo jurídico, paternalismo forte e paternalismo fraco. A partir dessa conceituação, serão analisados dispositivos legais e decisões jurisprudenciais sobre direitos de personalidade específicos – como direito ao nome, à integridade física, ao livre desenvolvimento da personalidade – à luz dos instrumentais teóricos fornecidos.</p>	
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS Conceituar e diferenciar teorias liberal e paternalistas; Analisar as tensões entre demandas por liberdade e promoção de bem-estar; Apresentar os conceitos estruturais relacionados aos direitos de personalidade; Analisar criticamente casos concretos à luz dos conceitos apreendidos, quais sejam, direito ao nome; à integridade física; ao livre desenvolvimento da personalidade. Análise de jurisprudência a partir do instrumental teórico.</p>	
<p>METODOLOGIA As aulas serão ministradas com base em método participativo. Além disso, recursos audiovisuais, como filmes, palestras e campanhas específicas, serão amplamente utilizados para contextualizar e ilustrar tópicos de aula.</p>	
<p>PROGRAMA Intervenção do Estado e Autonomia Privada; Princípio da promoção de bem-estar vs. Garantia da esfera de liberdade privada; Liberalismo jurídico e o princípio do dano; Paternalismo jurídico forte e a promoção de bem-estar; Paternalismo jurídico fraco e a decisão em situações de incerteza. Direitos da Personalidade. Conceituação. Característica da indisponibilidade. Direito ao nome. Direito à integridade física. Direito ao livre desenvolvimento da personalidade. Limitações e tensões quanto à indisponibilidade. Análise de jurisprudência com base no instrumental teórico.</p>	
<p>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO A avaliação consistirá em seminário realizado em grupo e uma prova. A prova tem peso 2 e os seminários têm peso 1. Seminários serão feitos ao longo do curso, relativos ao tema de cada aula. 12/04/2016 – 1ª Prova 14/06/2016 – 2ª Prova 28/06/2016 – Prova final</p>	

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA

Feinberg, Joel. *The Moral Limits of the Criminal Law*, Vol. 3: Harm to Self, Oxford: Oxford University Press, 1989.

Scoccia, Danny. "In Defense of Hard Paternalism", *Law and Philosophy* 27 (2008): 351-381.

Thaler, Richard & Cass Sunstein. "Libertarian Paternalism Is Not An Oxymoron", *The University of Chicago Law Review* (2003): 4:70.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de e TEPEDINO, Gustavo (orgs.). *Código Civil Interpretado Conforme a Constituição da República*, Vol. I. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

Bento, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*, Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Konder, Carlos Nelson. "O consentimento no biodireito: Os casos dos transexuais e dos wannabes", *Revista Trimestral de Direito Civil* 15 (2003): 41-71.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Danos à Pessoa Humana: uma Leitura Civil Constitucional dos Danos Morais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

Stryker, Susan & Stephen Whittle. *The transgender studies reader*, New York: Taylor & Francis, 2006.